

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n5-045>

DESAFIOS DE ESTUDANTES DE BAIXA RENDA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Eduardo Lemgruber do Valle Clem, Joice Macedo Vinhal, Maria Inês Gandolfo Conceição

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5032>

Submetido em: 2022-11-08

Postado em: 2022-11-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

DESAFIOS DE ESTUDANTES DE BAIXA RENDA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

EDUARDO LEMGRUBER DO VALLE CLEM¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8204-2631>
<eduardo.lemgruber@gmail.com>

JÓICE MACEDO VINHAL²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9798-4784>
<joicemacedo_@hotmail.com>

MARIA INÊS GANDOLFO CONCEIÇÃO³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4052-3813>
<inesgandolfo@gmail.com>

¹ Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil.

² Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil.

³ Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil.

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre os desafios enfrentados por estudantes de baixa renda na sua permanência na Educação Superior Pública brasileira. Para tanto, é traçado um percurso metodológico pautado pela Cartografia, em que se preza pela articulação da investigação e intervenção na direção da construção de um diálogo buscando conhecer a realidade dos estudantes de baixa renda amparados por políticas de Assistência Estudantil. O dispositivo utilizado para coleta de dados foi a roda de conversa. Participaram da pesquisa oito estudantes moradores da Casa do Estudante de uma Universidade Pública Brasileira, e dois pesquisadores, servidores da instituição. Os dados apontaram que os Programas de Assistência Estudantil são importantes para favorecer a permanência dos alunos, mas que outros aspectos assinalados pelos participantes transcendem a vulnerabilidade socioeconômica e assinalam para questões relacionadas ao sentimento de pertença em relação ao meio acadêmico, a saúde mental, as relações estabelecidas com a instituição, docentes, servidores e pares, práticas de ensino, transporte. Tais aspectos evidenciam a necessidade de uma democratização da educação superior que, além de promover acesso aos estudos, ofereça condições de permanência e propicie o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: educação superior, assistência estudantil, cartografia, promoção de saúde.

CHALLENGES OF LOW-INCOME STUDENTS IN PUBLIC HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: The purpose of this article is to reflect on the challenges faced by low-income students in their permanence in Brazilian Public Higher Education. Therefore, a methodological path based on Cartography is traced, in which it values the articulation of investigation and intervention towards the construction of a dialogue seeking to understand the reality of low-income students supported by Student Assistance policies. The device used for data collection was the conversation wheel. Eight students living at the Student's Accommodation of a Brazilian Public University and two researchers, servants of the institution, took part in the research. Data showed that Student Assistance Programs are important to favor the permanence of students, but that other aspects highlighted by the participants transcend socioeconomic vulnerability and point to issues related to the feeling of belonging to the academic environment, mental health, relationships established with the institution, teachers, servers and peers, teaching practices, commute. These aspects highlight the need for a democratization of higher education

that, in addition to promoting access to studies, offers conditions of permanence and fosters human development.

Keywords: higher education, student welfare, cartography, health promotion.

DESAFÍOS DE LOS ESTUDIANTES DE BAJOS RECURSOS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR PÚBLICA

RESUMEN: El propósito de este artículo es reflexionar sobre los desafíos enfrentados por los estudiantes de bajos ingresos en su permanencia en la Educación Superior Pública brasileña. Para tanto, se traza un camino metodológico basado en la Cartografía, en el que se valora la articulación de la investigación y la intervención hacia la construcción de un diálogo que busque comprender la realidad de los estudiantes de escasos recursos apoyados por políticas de Atención al Estudiante. El dispositivo utilizado para la recopilación de datos fue la rueda de conversación. En la investigación participaron ocho estudiantes residentes en la Casa de Estudiantes de una Universidad Pública Brasileña, y dos investigadores servidores de la institución. Los datos mostraron que los Programas de Atención al Estudiante son importantes para favorecer la permanencia de los estudiantes, pero que otros aspectos destacados por los participantes trascienden la vulnerabilidad socioeconómica y apuntan a cuestiones relacionadas con el sentimiento de pertenencia al entorno académico, la salud mental, las relaciones que se establecen con la institución, profesores, servidores y compañeros, prácticas docentes, transporte. Estos aspectos resaltan la necesidad de una democratización de la educación superior que, además de promover el acceso a los estudios, ofrezca condiciones de permanencia y fomente el desarrollo humano.

Palabras clave: educación universitária, asistencia estudiantil, cartografía, promoción de la salud.

INTRODUÇÃO

As questões abordadas neste artigo foram formuladas visando tecer novos diálogos e conhecer a realidade dos estudantes de baixa renda de uma Universidade Pública brasileira. Para isso, buscou-se trabalhar com uma proposição de pesquisa pautada pela produção de modos de ser e estar na vida, orientada pela metodologia de pesquisa Cartográfica.

Pensar o desenvolvimento de uma pesquisa tracejada pela cartografia significa pensar e produzir uma pesquisa implicada, em que o pesquisador e os participantes sejam capazes de afetarem e serem afetados pelo percurso realizado, de modo que novas organizações subjetivas e institucionais possam ocorrer (CLEM, 2020). O contexto da pesquisa é visto em sua complexidade, pois nele emergem expectativas sociais, narradas pelos participantes, sobre a formação acadêmica, as condições socioeconômicas, o pertencimento cultural, as singularidades de suas vidas, as expectativas de seus familiares, para além de expectativas sobre a cultura institucional que vivenciam.

A sociedade brasileira vem produzindo a exclusão de sujeitos que compõem as minorias étnicas e raciais ao acesso ao ensino superior, bem como das parcelas mais pobres da sociedade (OLIVEIRA, 2019). A democratização da educação superior emerge como uma possibilidade de garantir o acesso e a permanência de estudantes que estiveram historicamente excluídos/marginalizados dessa esfera educacional, de modo a eliminar os efeitos das discriminações do passado (OLIVEIRA, 2019; MAIO; SANTOS, 2005).

Algumas ações vêm sendo implementadas graças à ampla atuação de movimentos sociais e processos de lutas, dando-se início à formulação de ações afirmativas – não restritas ao ambiente educacional. Tem-se, por exemplo, a consolidação das políticas de cotas voltada para o ingresso no

Ensino Superior. Em suma, grande parte dessas ações afirmativas estão vinculadas às questões de representação política, ingresso e permanência no sistema educacional, bem como estão relacionadas às ações voltadas para o campo do mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2019).

As reivindicações por políticas de ação afirmativas começaram a ganhar visibilidade no escopo social por volta do ano de 1940, sendo inicialmente levantadas pelos movimentos negros. O debate sobre as ações afirmativas fundamenta-se na existência de desigualdades e discriminação de diversas naturezas. As ações afirmativas têm como propósito lutar contra qualquer forma de discriminação voltada aos grupos sociais que são historicamente reconhecidos como minoritários – como negros, índios, mulheres –, seja por questões raciais, de gênero, étnicas e de preconceito, entre outros (OLIVEIRA, 2019), tendo em vista que tais marcadores são produtos de uma construção social e política – tecido por um metabolismo social.

A primeira universidade brasileira a aderir à política de cotas foi a pioneira Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003. No ano de 2004, a Universidade de Brasília (UnB) adotou o sistema de cotas para ingresso através do vestibular. No entanto, as discussões que embasavam o debate das políticas de ações afirmativas não eram consensuais. Desse modo, tendo em vista que não havia uma legislação específica que tratasse das cotas no Ensino Superior, cada universidade aderiu a seu modo, surgindo diferentes estratégias em cada instituição, tais como o sistema de cotas (raciais e sociais, com diferentes percentuais de vagas) e o sistema de bônus no vestibular. Além das cotas raciais, essas políticas de ações afirmativas englobaram também estudantes que frequentaram o Ensino Médio em escola pública e que possuem baixa renda familiar (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2017; OLIVEIRA, 2019; MAIO; SANTOS, 2005).

Somente em 2012 foi aprovada a Lei de Cotas (Lei nº. 12.711/2012). Esta lei configura-se como uma política de ação afirmativa no Ensino Superior, a qual reserva um percentual de vagas que deverá ser preenchido por indivíduos de grupos minoritários, estabelecendo critérios e normas para o ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essa lei é parte de avanços políticos que visam a corrigir a violência histórica infligida contra os grupos minoritários, atuando, também, no sentido de promoção da cidadania e da justiça social. No ano de 2021 são garantidas vagas, por meio da Lei de Cotas, para estudantes pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, e estudantes oriundos de escolas públicas (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2017; OLIVEIRA, 2019; CLEM, 2020).

Com a implementação das políticas de ações afirmativas e com a promulgação da Lei de Cotas, aliadas aos programas Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Financiamento do Ensino Superior (Fies), há um crescimento do contingente de indivíduos que chegam à universidade. Lidar com a diversidade cultural e econômica que surge por consequência desse novo contingente de estudantes são alguns dos desafios encontrados pelas instituições de Ensino Superior. Esses desafios devem ser melhor discutidos, de maneira a evitar que as desigualdades sociais sejam reforçadas (CLEM, 2020; SILVA; OLIVEIRA; FERNANDES, 2018; OLIVEIRA, 2019).

A ampliação do acesso à universidade deve vir acompanhada de políticas que proporcionem a permanência desses indivíduos para que eles possam concluir seus cursos, garantindo a efetivação desse direito. Com a ampliação de vagas, surgem novas questões, como aquelas referentes às condições de permanência que esses indivíduos têm, durante um curso de graduação, para dar continuidade aos seus estudos. É importante ressaltar que a questão da permanência desses estudantes não está limitada apenas à concessão de bolsas (SILVA; OLIVEIRA; FERNANDES, 2018; OLIVEIRA, 2019).

Parte-se do princípio de que, para além da democratização do acesso ao Ensino Superior, faz-se necessário que as políticas de permanência, os Programas da Assistência Estudantil e o desenvolvimento acadêmico sejam efetivos. Além disso, é importante que a comunidade acadêmica seja acolhida e se sinta pertencente a este meio, gozando de bem-estar socioemocional, tendo em vista a indissociabilidade do desenvolvimento cognitivo com o desenvolvimento socioemocional.

METODOLOGIA

Este artigo refere-se ao desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado, de autoria do primeiro autor, que teve como temática principal os desafios dos estudantes de baixa renda na Educação Superior Pública brasileira. Tal pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura.

A direção da presente pesquisa indica uma opção metodológica que investiga a cultura institucional e a experiência subjetiva desses estudantes. Propõe-se um trabalho que investigue e fomente o movimento dos estudantes de baixa renda na produção de suas próprias narrativas, a partir da criação de um dispositivo capaz de gerar ideias, tendo sido utilizado, para isso, as rodas de conversa.

A cartografia, enquanto opção metodológica, auxilia-nos a investigar um fenômeno não pautado em uma verdade pronta e irreduzível, mas, sim, que permite o acompanhamento de processos que abranjam a criação de novas possibilidades de vidas por meio da dissolução de forças instituídas. Tal perspectiva vai ao encontro do papel da universidade como um local para se pensar o novo, propício para promover a transformação social (CLEM, 2020).

A pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética (Parecer N.º 3.307.589). Neste sentido, todos os participantes da pesquisa deram sua anuência por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O Quadro 1 abaixo descreve o lugar de pertencimento de cada estudante à universidade.

Quadro 1 - Participantes da pesquisa

- Um mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, que trabalha como psicólogo social na Diretoria de Assistência Estudantil da Instituição;
 - Uma professora da Faculdade de Educação da Instituição;
- Uma estudante, provável formanda, do curso de Letras-inglês;
 - Um estudante calouro de Farmácia;
 - Dois estudantes do curso de Letras-francês;
- Um estudante de Teoria, Crítica e História da Arte;
 - Um estudante de Engenharia de Produção;
 - Um estudante de História;
 - Um estudante de Educação Física;

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

O dispositivo da roda de conversa foi adotado como um experimento para a promoção de saúde através do aumento do coeficiente de transversalidade. De acordo com Guattari (2015), esse coeficiente exprime a ampliação da comunicação com a manutenção da diferença entre os integrantes do grupo. Ou seja, há uma proposição de que haja maior comunicação através de dispositivos que possam

operar além da verticalidade hierárquica e da horizontalidade corporativa, estabelecendo um novo tipo de diálogo no grupo, convocando todos os participantes a participarem plenos em suas subjetividades. Desse modo, visa-se a uma participação “a partir dos lugares que ocupam, mas não somente enquanto personagens específicos desses lugares” (CLEM, 2020, p. 79). Assim, cria-se uma possibilidade para que reconheçamos e sejamos reconhecidos em nossa potência, “para além das identidades e registros instituídos do que somos, resistindo à massificação de modos de ser e, portanto, sendo porosos ao compartilhamento da vida” (AMORIM; SEVERO; ROMAGNOL, 2015, p. 673).

As rodas de conversa foram realizadas entre os meses de outubro e de dezembro de 2019, totalizando 12 encontros. Todos esses momentos foram gravados em áudio, os quais foram, posteriormente, transcritos na íntegra para auxiliar no momento de análise. O local de realização das rodas de conversa foi a própria Casa do Estudante. Tal escolha se deu intencionalmente, visando promover uma maior aproximação com os participantes da pesquisa.

O convite foi feito a todos os quase 300 moradores da Casa do Estudante. Destes, 12 (doze) compareceram a uma entrevista preliminar, na qual foi apresentada a proposta, e 8 (oito) compuseram o grupo que seguiu com a pesquisa. A fim de conciliar horários, os encontros se deram duas vezes por semana, um na parte da manhã e outro no período da tarde, sendo que os participantes eram livres para estar presentes a qualquer um dos encontros, os quais tiveram, por média, a participação de 4 (quatro) pessoas.

De início, foi feita a descrição da pesquisa e o convite aos participantes para que eles auxiliassem na elaboração das perguntas que iriam compor os objetivos da pesquisa, visando a uma participação coletiva e efetiva dos envolvidos no estudo. Não havia um roteiro pré-estabelecido para tal entrevista. Todos os encontros foram iniciados com uma breve recapitulação do que havia sido abordado nos encontros anteriores.

Os conteúdos transcritos das rodas de conversa foram inseridos no software MAXQDA® para categorizar os assuntos abordados, o que auxiliou no momento reflexivo. Foram, então, realizadas interpretações e análises, dando origem às seguintes categorias: a) Diálogo e Burocracia; b) Sentido e Saúde Mental; e c) Sentimento de Pertença, as quais abordaremos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diálogo e Burocracia

Em relação ao diálogo e à burocracia, apareceram elementos que tratavam acerca da interação dos estudantes tanto com a gestão, como com os professores e sua didática. Os participantes da pesquisa tiveram espaço para poder fazer observações sobre suas experiências pessoais, discutindo em grupo. Embora tenhamos em mente que a burocracia é algo primordial para o funcionamento da gestão pública, é necessário registrar que o excesso dela pode gerar adoecimento, essencialmente pelo fato de a universidade ocupar um espaço de promoção do pensamento, da criatividade, do desenvolvimento científico, buscando a construção de um bem comum.

A dificuldade de diálogo com a gestão se inicia em obstáculos como o acesso aos servidores da Coordenação da Casa do Estudante, que funciona somente em horário comercial, mas está sobretudo em um sentimento de não ser realmente escutado. Os estudantes reconhecem que, a despeito de algumas dificuldades, conseguem acesso aos servidores, no entanto, relatam cansaço em relatar sempre os mesmos problemas sem que haja perspectiva de soluções. Há uma percepção de que a Instituição é pouco permeável à comunicação, o que, por vezes, exige atitudes políticas, como a “subida da rampa” que fica em frente ao gabinete da reitoria, (numa franca analogia à rampa do Palácio Presidencial do Planalto), e que se tornou uma tradição do movimento estudantil, em que os estudantes da universidade se organizam

coletivamente para reivindicar seus direitos subindo com estardalhaço, ao som de tambores e gritos de guerra a rampa da reitoria.

A questão da burocracia aparece nos momentos em que os participantes percebem a necessidade de uma ação rápida e pontual, mas que, pela morosidade dos processos e da tramitação das decisões que envolvem a Instituição, pode aparentar insensibilidade e frieza por parte dos servidores que ocupam funções ligadas ao atendimento ao público. Por exemplo, há casos em que alguns estudantes se veem diante da impossibilidade de colar grau a tempo de assumir um concurso, ou na iminência de ter seu auxílio financeiro cortado, sendo esse auxílio sua principal, ou única, fonte de subsistência. Pode-se dizer que a burocracia afeta tanto os estudantes como os servidores que se sentem impotentes diante de casos nos quais não podem intervir por ausência de normas que enderecem soluções, o que parece irromper em um distanciamento, um embrutecimento da escuta diante da falta de perspectiva em poder atuar no sentido de oferecer uma solução aos problemas apresentados.

Tudo isso desemboca nos modos como esses sujeitos vivenciam a universidade, e algo que tem sido preocupante é a recorrência de queixas em que a questão da saúde mental leva destaque, com a irrupção de casos de tentativa de suicídio, inclusive dentro da própria Instituição, de ideação suicida, de evasão escolar, ou mesmo a necessidade de transferência interna de curso. Até que ponto esse modo de funcionamento institucional pode afetar de forma singular cada estudante? Como a Instituição tem lidado com isso?

A universidade tem autonomia para criar e modificar as normas internas que balizam o atendimento a seu público, porém isso nem sempre é uma prioridade da Instituição, ocasionando uma demora excessiva nos processos de atualização de Resoluções e demais normativas. Algo que esta pesquisa torna evidente é a necessidade de a universidade estar aberta para a comunidade, para discutir os sentidos das regras já existentes, bem como repensar se elas atendem as necessidades do tempo presente, tendo em vista a realidade que a circunda. Por vezes, para que tais regras sejam revistas e reformuladas, a via encontrada é partir para uma ação política coletiva. A organização e a articulação dos próprios estudantes para reivindicar da Instituição suas necessidades foi outro aspecto que também foi discutido, o que parece apontar para a pouca articulação e baixo grau de transversalidade entre os próprios estudantes.

Retirar a universidade da zona de conforto, por meio da promoção do devir-minoritário, introduzindo novas forças instituintes, é indispensável para problematizar tais práticas institucionalizadas. As cotas (racial e social), as Ações Afirmativas, os Programas de Assistência Estudantil são essenciais para que se abra espaço para o devir-minoritário, visão que se alinha com uma perspectiva de transversalização da gestão, em que todos os atores da Instituição e todas as forças instituintes, devem ser levadas em consideração.

A lógica neoliberal também é discutida, nos levando a questionar como a universidade tem introjetado esse mecanismo de funcionamento que reverencia a individualização, a competitividade e a produtividade. Dentro da universidade, essa apropriação coloca em xeque a saúde mental toda a comunidade acadêmica.

Sobre a questão da relação dos estudantes com os professores, e com a didática dos mesmos, apareceram diversos elementos, tais como: estranhamento do formato da aula (para estudantes ingressantes), em que se espera que todo mundo fale e pergunte; a constatação de que o preparo do estudante do ensino público e do ensino particular para ingressar no Ensino Superior são diferentes; a presença do estigma de “estudante cotista” que intensifica os questionamentos de pertencimento e legitimação ou não no Ensino Superior; dificuldades de adaptação a essa nova realidade, podendo, por vezes, resultar em evasão; a reprodução da cultura institucional elitista, deixando os estudantes com dificuldades às margens por não “se adaptarem” ao ambiente acadêmico; dificuldades do professor tornar sua aula acessível aos estudantes (com um grande número de professores que não possui licenciatura, ou cursos voltados para a didática); desassistência da universidade quanto à liberdade de cátedra dos professores; alguns alunos sentem não haver uma instância a qual possam recorrer em casos que precisem de intervenção; e, por fim, a impressão de que os professores não conhecem a realidade dos estudantes de baixa renda.

Também foram discutidos alguns descontentamentos e dificuldades dos participantes em relação ao transporte que liga a Casa do Estudante ao campus universitário, bem como a incerteza de ser

contemplado ou não pelo Programa Auxílio Socioeconômico, preocupação que afeta cotidianamente os estudantes, tendo em vista que são subsídios que fazem referência ao seu acesso e permanência no âmbito da universidade. Nessa esteira, houve até mesmo críticas ao modo como a Instituição realiza o estudo socioeconômico dos estudantes, no sentido de não compreender a situação de vulnerabilidade real do estudante, considerando, por exemplo, a renda per capita dos pais que moram em outra cidade, mesmo que estes não deem apoio financeiro ao estudante em questão.

Foi afirmado também a necessidade de possuir alguma fonte de renda extra, quando não se tem acesso ao Programa Auxílio Socioeconômico. Somente a vaga na Casa do Estudante e a alimentação no Restaurante Universitário, para cobrir as despesas pessoais, tais como higiene pessoal e ambiental, não são suficientes. Entre os pontos complexos que produzem certo tipo de sofrimento/desconforto estão: as dificuldades financeiras; como a universidade cobra o desempenho acadêmico como moeda de troca dos auxílios estudantis; a preocupação de cumprir com os requisitos das disciplinas em que estão matriculados e a preocupação com a contemplação ou não dos Programas de Assistência Estudantil; a discrepância entre o tempo máximo de permanência na Instituição e o tempo máximo de permanência nos Programas de Assistência Estudantil, para os quais se delimita um prazo menor que, uma vez ultrapassado, implica na suspensão dos benefícios dos programas de auxílio; pressão de ser aprovado em uma disciplina para não sair do fluxo do curso e não atrasar o curso; a falta de assistência aos estudantes de baixa renda – seja com questões emocionais, acadêmicas, ou mesmo de relacionamento com colegas e professores.

Todos esses aspectos foram aventados como os possíveis responsáveis pelo aumento crescente e considerável da demanda pela Assistência Estudantil. No entanto, as verbas se encontram congeladas desde 2016, sendo inviável a absorção de toda a demanda. Uma saída possível pensada pelo grupo seria a realização de acompanhamento contínuo dos estudantes beneficiados pelos Programas de Assistência Estudantil, não de forma punitiva. Com isso, seria possível uma maior aproximação entre a universidade e esses estudantes, de modo que as dificuldades dos estudantes sejam percebidas, e que possam ser levadas em consideração durante seu processo de permanência na universidade.

Sentido e Saúde Mental

A lógica de funcionamento neoliberal que adentra a universidade é um fator de preocupação, pois se produz um espaço fechado em si, que não tem porosidade ao diálogo, à construção política participativa, mas que funciona de modo a apresentar um conjunto de regras a serem seguidas, gerando impactos à saúde mental, inclusive com a irrupção de suicídios, com o aumento do estresse, cansaço, insegurança, solidão e desamparo, entre outras coisas. A lógica produtivista e o princípio da meritocracia permeiam perniciosamente as práticas e as políticas institucionais.

Há uma percepção de quebra de sentido quando a universidade funciona diante de uma lógica mercadológica, empresarial. Além disso, observa-se um movimento em que se recorre à apropriação de códigos psiquiátricos, para rotular o mal-estar, não o vinculando a essa quebra de sentido produzido pelo ambiente universitário. Nesta perspectiva, o diagnóstico pode propiciar reconhecimento. Mesmo que possa haver a retirada de responsabilização dos indivíduos, o diagnóstico pode gerar uma possibilidade de ser escutado. Porém, não deixa de ser problemático, na medida em que há uma junção da produção do sofrimento, que é social e político, na tentativa de reduzir esse sofrimento ao funcionamento biológico, em uma tentativa falha de simplificar as coisas e medicalizar a vida. Por outro lado, essa medida pode ser viável em algumas situações, porque na medida em que se tem um diagnóstico, convoca-se, responsabilizando e implicando os dispositivos de subjetivação, como, por exemplo, a universidade (DUNKER, 2015).

Como escapar do diagnóstico e recorrer à universidade sobre suas necessidades? É discutido em grupo como o papel político é importante, pois se trata de uma questão de política pública e, a partir da movimentação política, é possível questionar as regras e promover mudanças. Até que ponto o mal-estar e o adoecimento estão relacionados ao sentido de ser um estudante universitário? Alguns participantes disseram que parece ser algo intrínseco, mas que esse mal-estar pode ser mais negativo para indivíduos que veem os estudos somente como uma ponte para conseguir uma situação financeira melhor.

Outro aspecto abordado nas rodas de conversa e que tangenciam a experiência universitária, é a preocupação com o futuro, com o que virá após o fim da graduação. Os participantes da pesquisa apontaram que para os estudantes que participam dos Programas de Assistência Estudantil e já não moram com suas famílias essa pressão é maior, pois tão logo não sejam mais beneficiados pelos Programas, toda sua fonte de renda será extinta. A preocupação com a falta de perspectivas após o fim da graduação é acentuada ao final do curso.

O perfil dos estudantes da universidade pública mudou desde a implementação da Lei de Cotas no Ensino Superior, o que colocou estudantes de baixa dividindo o mesmo espaço com estudantes das classes média e alta. Os estudantes participantes da pesquisa discutem o sentimento de parecerem intrusos na universidade, como se a Instituição não lhes pertencesse, considerando a diferença socioeconômica.

Além disso, trazem a pressão gerada pelos momentos avaliativos, que criam situações ansiogênicas, pois as avaliações costumam ser conteudistas, não havendo uma flexibilidade metodológica de avaliar o desempenho dos estudantes, o que os coloca novamente em desvantagem em virtude da defasagem que muitos apresentam relacionada a conhecimentos adquiridos no Ensino Médio. Os estudantes participantes da pesquisa relatam que às vezes se veem sem condições de acompanhar o curso, diante de tantas exigências, isso sem se considerar as dificuldades que por ventura eles possam vir a ter durante o percurso acadêmico.

Diferenças relacionadas ao capital cultural também são levantadas, momentos em que os participantes questionam a bagagem cultural prévia ao ingresso dos estudantes na universidade, e que impacta no modo como os estudantes enxergam o ambiente acadêmico e seus desafios, bem como no modo em que são enxergados pelos demais. Como exemplo do impacto dessas diferenças, assinalam a necessidade de suprir as carências do Ensino Médio durante sua formação; e relatam normalmente ser a primeira pessoa da família a entrar no Ensino Superior. Nesse sentido, vivem uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989) em que não há a valorização da cultura que os estudantes trazem consigo, trazendo como um exemplo, a fala de um professor que os deslegitima com a provocação: “o que você está fazendo aqui?” (CLEM, 2020, p. 58).

Outro sinal de exclusão herdado da história prévia ao ingresso na universidade, é o acesso à língua estrangeira. O desconhecimento de outra língua é manifestado como assunto crítico, já que os estudantes de baixa renda também se veem em desvantagem nesse quesito, devido ao seu pouco aprendizado de língua estrangeira durante o Ensino Médio, bem como falam da dificuldade de conciliar os estudos, com exigências de domínio de língua inglesa, paralelamente ao desenvolvimento de hábitos de estudos diários, quando não se tem esse repertório internalizado.

Em pesquisa realizada por Etienne Oliveira (2019), foi possível constatar que os estudantes que participam de Programas de Assistência Estudantil elencaram os agravos à sua saúde mental (48,2% das respostas) como um dos principais obstáculos à sua permanência na Universidade de Brasília, e que o apoio psicológico ou psiquiátrico é entendido como uma ação possível para auxiliá-los nesse momento. No entanto, foi questionado pelo grupo de participantes até que ponto ações individuais, como o atendimento individual, conseguiriam suprir uma demanda que tem sido crescente nos últimos anos.

Diante de uma situação crítica que a Instituição vivenciou em 2018, em que uma aluna retirou sua própria vida em pleno horário de atividades letivas e dentro de um dos pavilhões de salas de aulas da universidade, o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Atendimentos em Saúde Mental e Drogas (NEPASD) supriu emergencialmente o suporte para a comunidade universitária. Das demandas atendidas, 52% estavam relacionadas a casos envolvendo ideação suicida. Com equipe e recursos escassos, as atividades do Núcleo se encerraram pouco mais de um ano após sua criação, e as ações que eram desenvolvidas pelo Núcleo estão sob a responsabilidade da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU), a qual foi criada para responder às demandas de atenção à saúde, com estrutura e recursos próprios.

Um dos desafios encontrados foi pensar como identificar esse adoecimento, bem como encontrar e trabalhar as causas institucionais que podem estar agravando esse sofrimento. Mas, como fazer isso? Pensar a promoção de saúde pavimentada pela transversalidade se faz uma alternativa viável, pois dessa forma é possível a participação, de forma integral, dos sujeitos no processo.

Sentimento de Pertença

Os estudantes participantes da pesquisa expressaram que, às vezes, não se sentem pertencentes à universidade, ou não sentem que a Casa do Estudante seja sua casa, ainda que temporária. A falta de participação dos estudantes dos processos da Instituição parece estar relacionada a alguma questão cultural, que os deixa inibidos.

Por vezes, a participação efetiva dos estudantes seria diferenciada na medida em que fosse assumido esse sentimento de pertencimento, de fazer parte da composição da Instituição. “O individualismo impresso em nossa sociedade pelo sistema econômico capitalista e pela ideologia neoliberal está presente na universidade e a formação de coletivos não ocorre com facilidade” (CLEM, 2020, p. 79).

Isto posto, questiona-se quais seriam as saídas coletivas para esse modo de funcionamento individualizado. Nas rodas de conversa, os participantes discutem como esses momentos de contração do coletivo se tornam importantes para promover uma integração do grupo.

Os estudantes relatam que algumas medidas institucionais adotadas na Casa do Estudante os incomodam, tal como a instalação de câmeras de vigilância, situação que, segundo alguns alunos, os colocam como potenciais criminosos, vândalos depredadores do ambiente, quando supostamente eles é que deveriam estar sendo protegidos pela instituição contra ameaças externas; a burocracia de receber visitantes; a falta de privacidade dentro dos quartos sem divisórias; o modo de acompanhamento punitivo dos estudantes (recorrentemente levantando a possibilidade de desligamento caso haja infringimentos de regras); as dificuldades quanto ao acesso à internet ou até mesmo a limitação da internet para alguns domínios – acessos bloqueados, tais como: redes sociais, sites de streaming, jogos e vídeos, ou sites de relacionamento; e vistorias surpresa nos apartamentos.

Por mais que existam queixas da falta de liberdade, os participantes salientam que o diálogo com a Coordenação da Casa do Estudante é distante dos estudantes. Segundo os estudantes participantes da pesquisa, eles não sentem que os servidores que trabalham na Casa do Estudante estão lá para cuidar deles, pois eles não se sentem acolhidos.

Com a pandemia da Covid-19, além das aulas presenciais terem sido suspensas, as atividades físicas, que também era um momento de interação com os colegas, foram suspensas. Aliada à questão da restrição da internet, isso fez com que os estudantes se vissem com tédio, solidão, e até mesmo casos de depressão foram reportados. Nas discussões foi mencionado não haver um espaço de convivência para os estudantes. Até existe uma Sala de Convivência, mas a burocracia para acessá-la é muita e, além disso, a estrutura arquitetônica não favorece a interação entre os estudantes.

A mobilização estudantil dos estudantes que são beneficiários da Assistência Estudantil, ou deveriam ser, mas não conseguem acesso, também foi ponto de conversa. De início foram levantadas duas hipóteses sobre a dificuldade de articulação dos estudantes de baixa renda. Primeiramente, em relação ao transporte público. Vários estudantes dependem de ônibus para ir para a universidade, e quando finalizam as aulas, precisam pegar o ônibus para retornar, não podendo permanecer para participar de reuniões e assembleias. Embora real para muitos estudantes, essa questão, segundo os próprios moradores, não afetaria aqueles que residem na Casa do Estudante, por essa ser próxima ao campus universitário. Em segundo lugar, uma possível dificuldade de os estudantes de baixa renda se reunirem para tratar das questões relativas à Assistência Estudantil é o medo de serem identificados pelos seus pares como estudantes participantes dos Programas de Assistência Estudantil, o que, segundo eles, poderia causar constrangimento ou vergonha.

Durante o processo da presente pesquisa, houve a tentativa de reativação do Centro Acadêmico da Assistência Estudantil (CASSIS), que esteve desativado por algum tempo. Além disso, outro aspecto que pôde ser observado ao longo da pesquisa, impulsionado pela pandemia da Covid-19, foi a boa articulação e mobilização dos estudantes, através da internet, em um prazo muito curto. A partir desse movimento, impulsionado sobretudo pelo fechamento do Restaurante Universitário (RU) durante a pandemia, os alunos conseguiram articular e criar a Central de Assistência Estudantil (CAES), com a intenção de torná-la permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desta pesquisa buscou-se criar um plano comum que estimulasse a participação e o protagonismo dos estudantes, de modo que fosse promovida uma elevação do nível comunicacional e o contágio entre os participantes da pesquisa. Nesse sentido, o dispositivo da roda de conversa favoreceu esse momento de interação, contribuindo para a criação de novas possibilidades, e novas discussões, a respeito da si e da instituição.

Esse movimento é de grande contribuição, tendo em vista que, no decorrer da pesquisa, os próprios participantes comentaram que perceberam efeitos terapêuticos dos encontros como, por exemplo, a percepção da capacidade de nomear os incômodos/impasses que os afetavam, bem como o reconhecimento da importância desse espaço de compartilhar experiências, aspectos estes que contribuem diretamente na promoção de saúde mental.

A potência desta pesquisa reside nessa capacidade de, ao dialogar, poder reconhecer e produzir movimentos de rompimento com a lógica de institucionalização, à medida em que se operam críticas à mesma. Os participantes do grupo, estimulados pelos desafios e indagações, puderam narrar suas experiências e questionar suas próprias práticas e implicações.

O enrijecimento da universidade precisa ser discutido, as normas precisam ser atualizadas, permitindo que a nova realidade que está inserida nestes espaços seja considerada. É preciso que a instituição se questione e se transforme. Abrir as portas para um novo público, por exemplo, com a implementação da Lei de Cotas, não significa que a universidade tenha se tornado aberta e inclusiva, pois a política aumentou o número de ingressos na Educação Superior, porém a dotação orçamentária para os Programas de Assistência Estudantil não acompanhou esse aumento. A verba destinada aos auxílios é imprescindível para a permanência dos alunos de baixa renda na universidade, já que estes precisam de uma renda mínima para sobreviver e não conseguem exercer atividades remuneradas, pois a maioria dos cursos ofertados ocorre em tempo integral, o que inviabiliza que os alunos possam estudar e trabalhar paralelamente.

A ordem econômica e ideológica do capitalismo neoliberal dentro da universidade conflui com um movimento de restrição e diminuição orçamentária, estando diretamente relacionados com os investimentos ou a ausência deles. É necessário pontuar que a política de inclusão dos estudantes de baixa renda no Ensino Superior não se restringe somente à política de Cotas. A Política de Assistência Estudantil também se faz de extrema importância para dar suporte aos estudantes.

A qualidade das refeições, as condições de moradia e o valor das bolsas são questões a serem aprimoradas, mas ter acesso a esses programas [da Assistência Estudantil] faz a diferença entre a permanência e a evasão. Não é admissível não praticar uma Política de Assistência Estudantil à altura da política de cotas, que [...] está efetivamente modificando o perfil dos estudantes das universidades públicas, de forma a favorecer que sejam instrumentos de transformação social e não dispositivos de reprodução da lógica neoliberal (CLEM, 2020, p. 97).

Para além das questões relacionadas aos recursos financeiros fornecidos pela universidade, tais como bolsas, a experiência de moradia na Casa do Estudante, a alimentação, as inseguranças e os medos relacionados às práticas de ensino também despontaram nas rodas de conversa. Os estudantes participantes da pesquisa também manifestaram profundo interesse no estabelecimento de uma comunicação mais clara e efetiva com a instituição. Além do diálogo mais próximo com a instituição, os estudantes participantes da pesquisa manifestaram interesse em aprimorar a comunicação entre os próprios estudantes de baixa renda, tendo em vista a ansia de potencializar a movimentação política que lhes assegurem a manutenção e as conquistas dos seus direitos, bem como favorece o reconhecimento identitário relacionado à sua origem social, gerando uma maior percepção de pertencimento à universidade, abrindo brechas para o devir minoritário.

Entende-se que além da democratização do acesso ao Ensino Superior, se faz necessário que as políticas de permanência, os Programas da Assistência Estudantil, e o desenvolvimento acadêmico sejam eficazes. Assim também é importante que a comunidade acadêmica seja acolhida e se sinta pertencente a seu meio, gozando de bem-estar socioemocional, tendo em vista a indissociabilidade do

desenvolvimento cognitivo com o desenvolvimento socioemocional (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2017).

A metodologia de pesquisa Cartográfica permite novas configurações, novas experimentações, em que diferentes formas de cuidado ganhem espaço e possibilidades. No entanto, a experiência desta pesquisa não se pretende ser um modelo para nenhuma outra intervenção, mas sim, se caracteriza como um convite ao pensar, um convite à construção de novas grupalidades (AMORIM; SEVERO; ROMAGNOL, 2015).

Ao viabilizar a execução do dispositivo de roda de conversa foi possível acompanhar processos e, em especial, o processo que estava sendo construído durante os encontros. Ou seja, abriu-se espaço para que fosse possível abordar o percurso de vida dos estudantes na criação de novos territórios existenciais. Assim, a promoção de atividades que reforce esse senso de pertencimento é visualizada como uma ação de mediação das questões apresentadas pelos estudantes.

O dispositivo da roda de conversa foi elaborado e conduzido de acordo com princípios da promoção da saúde. Trata-se de uma ação coletiva para a identificação de questões impactantes na vida dos estudantes e para a construção de possíveis soluções, mais do que um experimento para coleta de dados. Sendo assim, mais importante do que encontrar objetivamente as soluções é o fato de discutir em grupo as situações de dificuldade vivenciadas, pois a construção coletiva de saídas já carrega em si um aspecto promotor de saúde (CLEM, 2020).

A própria instituição da pesquisa participa da rede Universidade Promotora de Saúde (UPS). A UPS se configura como um projeto educativo que convoca a instituição para a responsabilidade de promoção da saúde. A formação dos sujeitos extrapola o domínio técnico-científico de uma dada profissão, se estendendo para outros campos de ação, com profundo impacto social, garantindo a melhoria na qualidade de vida dos envolvidos – individual ou coletivamente (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010). Desta forma, através de uma ação intersetorial, um ideal de universidade pública, gratuita e de qualidade se torna um horizonte mais próximo e tangível (CLEM, 2020).

A partir do desenvolvimento desta pesquisa é possível pensar na criação de dispositivos de promoção de saúde que apostem na direção da transversalidade, contando com a participação dos seus atores. Ações como essas podem viabilizar o diálogo e o cuidado com as pessoas que transitam pela universidade.

Por fim, questionamos quais seriam as saídas coletivas para se pensar as realidades dos estudantes frente às demandas que foram apresentadas. Os participantes da pesquisa que compuseram as rodas de conversa afirmam que participar das rodas de conversa proporcionou uma maior integração entre eles. Eles relatam que temas que antes eles viam com constrangimento foram debatidos em outros momentos, entre eles e com outros colegas, enxergando esse movimento como um produto gerado pela pesquisa. Tais relatos indicam a importância da promoção de saúde através da contração de coletivos. Estar na universidade pública pode possuir diversas significações. E essa passagem é produto de múltiplas mediações, que produz atravessamentos e constituem os sujeitos enquanto movimento da e para a realidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; SEVERO, Ana Kalliny de Sousa; ROMAGNOL, Roberta Carvalho. Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 657-678, 2015. <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000200017>>

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CLEM, Eduardo Lemgruber do Valle. *Não está tudo bem: desafios de estudantes de baixa renda na conquista de seu lugar na educação superior pública*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Brasília: Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39491/1/2020_EduardoLemgruberdoValleClem.pdf>. Acesso em: 02/07/2021.

DUNKER, Cristian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma. Uma patologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

GUATTARI, Felix. *Psychoanalysis and Transversality: Texts and Interviews 1955-1971*. Semiotext(e) / Foreign Agents, 2015.

OLIVEIRA, Etienne de Sousa Lima de. *Acesso e permanência de estudantes cotistas na Universidade de Brasília: estratégias para democratização da educação superior*. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília: Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37541/1/2019_EtienedeSousaLimadeOliveira.pdf. Acesso em: 12/07/2021.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, p. 181-214, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/KyB4tjGCh3zWPsT3n3bFpXw/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 03/08/2021.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>.

SILVA, Hellen Cristina Xavier da; OLIVEIRA, Maísa Aparecida de; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Adaptação à universidade: dificuldades e estratégias de permanência de estudantes oriundos de escola pública. In: SOUSA, José Vieira de; BOTELHO, Arlete de Freitas; GRIBOSKI, Cláudia Maffini (Orgs.). *Acesso e permanência na expansão da educação superior*. Anápolis: UEG, 2018. p. 192-204. Disponível em: http://cdn.ueg.edu.br/source/editora_ueg/conteudoN/2167/ebook_educacao_superior/ebook4_acesso_e_permanencia.pdf. Acesso em: 16/07/2021.

MELLO, Ana Lúcia Schaefer Ferreira de; MOYSÉS, Simone Tetu; MOYSÉS, Samuel Jorge. A universidade promotora de saúde e as mudanças na formação profissional. *Interface, Comunicação Saúde Educação*, v. 14, n. 34, p. 683-692, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1801/180115835011.pdf>. Acesso em: 16/06/2021.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autor 1 – Coordenador do projeto, coleta de dados, análise dos dados, escrita, edição e revisão do texto.

Autora 2 – Escrita, edição e revisão do texto.

Autora 3 – Participação ativa na análise dos dados e revisão do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.